

Marileide Dias Esqueda*

ESQUEDA, Marileide D. Teorias de tradução e a questão da ética. *Mimesis*, Bauru, v. 20, n. 1, p. 49-55, 1999.

RESUMO

O propósito deste trabalho é discutir a ética proposta por algumas teorias de tradução que, embasadas em uma visão estruturalista de linguagem, tentam abolir a história, o lugar e o contexto a que pertence um tradutor, remetendo-se a este enquanto transportador de significados de uma língua a outra.

Unitermos: tradução, tradutor, ética

INTRODUÇÃO

Em todos os campos da atividade humana, encontra-se a necessidade de se pensar a ética, de se pensar regras que comandem o comportamento do homem enquanto ser e profissional atuando em uma determinada sociedade. Encontra-se a necessidade de se regularizar a conduta do indivíduo na crença de se estar de acordo com interesses universais que, supostamente, referem-se àquilo que é moral, que é correto. Seja do professor em relação aos seus alunos, do médico em relação ao paciente, do vendedor em relação ao comprador, a ética coloca-se como algo que universaliza comportamentos e ações e dita o que é ou não considerado decente.

No dicionário Aurélio (1986), 2ª edição, 27ª impressão, p. 733 no verbete correspondente ao vocábulo ética, podemos constatar a seguinte definição:

ética. [Fem. substantivado do adj. ético] S.f. Estudo dos juízos de apreciação referentes à conduta humana suscetível de qualificação do ponto de vista do bem e do mal, seja relativamente a determinada sociedade, seja de modo absoluto. [Cf. moral (1) e hética.]

*Departamento de
Letras e Artes /
Centro de Filosofia
e Ciências Humanas
da Universidade do
Sagrado Coração -
Rua Irmã Arminda,
10-50 – 17044-160
– Bauru – SP.

A aceção acima nos confirma o conceito de que a ética está relacionada ao comportamento e às regras. Como um ramo da filosofia, a ética tem a função fundamental de indicar o comportamento do ponto de vista moral. O que se relaciona à ética parece ser, assim, um legislador de comportamentos, é a explicação de um tipo de experiência humana, o da moral. Adolfo Sanchez Vasquez (1982), em seu livro *Ética*, expõe:

A ética é a teoria ou ciência do comportamento moral dos homens em sociedade. Ou seja, é a ciência de uma forma específica de comportamento humano (p.12).

Esta necessidade de se regularizar comportamentos e ações também encontra-se presente na instância da tradução.

Em nome de uma pretendida fidelidade, algumas teorias de tradução, digamos que nos moldes tradicionais, isto é, embasando-se em uma visão estruturalista de linguagem, tentam prescrever, disciplinar e regularizar comportamentos e ações do tradutor perante o autor, perante o texto a ser traduzido e perante o leitor, considerando-o, assim, como um provável transgressor da ética.

O propósito deste trabalho centra-se em discutir a ética proposta por essas teorias de tradução que, embasadas em uma visão estruturalista, logocêntrica de linguagem, abolem a história, o lugar e o contexto a que pertence um tradutor.

TEORIAS DE TRADUÇÃO E A QUESTÃO DA ÉTICA

Algumas teorias de tradução, que irei aqui discutir, tentam impor ao tradutor, enquanto profissional, o seguimento a certas “leis” que normalizem seu comportamento e ações perante o texto a ser traduzido e perante o seu autor. Nelas, o ato de tradução é visto como uma responsabilidade moral, onde se destaca a importância da não-interferência do tradutor no texto a ser traduzido. O ato de tradução só passa a ser aceito moralmente, por tais teorias, se houver total respeito, total fidelidade ao original. E é neste sentido que alguns teóricos tentam dar aos tradutores as regras de como se traduzir, de como se comportar diante do texto a ser traduzido e do seu autor.

George Steiner (1975) expõe que:

Através da paráfrase “o espírito de um autor pode ser transfundido, e ainda não perdido”. A tradução correta busca “um tipo de resgate póstumo”. Idealmente não vai preencher a autoridade do original, mas nos mostrar como o original teria sido se tivesse sido concebido em nossa própria língua (minha tradução, p. 256).

Ao apontar que, através da paráfrase, o espírito de um autor deve

ser transposto e ainda não perdido, e que a tradução “correta” é “um tipo de resgate póstumo”, Steiner (1975) reforça a idéia da fidelidade ao original e ao seu autor. Parece sustentar a idéia de que o que se deve resgatar em uma tradução é o contido no original, é a voz do seu autor.

Fundamentado em uma visão logocêntrica de linguagem, o proposto por Steiner resulta por ignorar as circunstâncias históricas, ideológicas, culturais ou teológicas às quais pertence o leitor-tradutor. O que parece ser supostamente ético para Steiner é a não-interpretação e não-interferência do tradutor no texto a ser traduzido, nomeando o original e seu autor como detentores do que deva ser ou não entendido e interpretado.

Georges Mounin (1975) fundamenta-se nos moldes da lingüística para teorizar sobre a atividade de tradução. Relata, em *Os Problemas Teóricos da Tradução*, que:

A atividade de tradução suscita um problema teórico da lingüística contemporânea: se aceitarmos as teses correntes a respeito da estrutura dos léxicos, das morfologias e das sintaxes, seremos levados a afirmar que a tradução deveria ser impossível. Entretanto, os tradutores existem, eles produzem, recorreremos com proveito às suas produções. Seria quase impossível dizer que a existência da tradução constitui o escândalo da lingüística contemporânea. Até hoje, o exame desse escândalo tem sido sempre mais ou menos recusado. Por certo, implicitamente, essa atividade jamais está ausente da lingüística (p.19).

Ao relatar que a atividade de tradução suscita um problema teórico da lingüística contemporânea, Mounin (1975) parece tentar assegurar o lugar desta nos estudos da tradução e com isso expor ao tradutor que se apóie nos pressupostos da lingüística para realizar sua atividade. É como se ele, através da ciência lingüística, pudesse dizer, ao tradutor, como se traduzir, ou onde recorrer quando o tema for tradução. Afirma Mounin que a lingüística é a ciência eleita que irá solucionar os problemas teóricos da tradução, uma vez que o lingüista é o profissional versado no estudo das línguas. O autor relata que a tradução abala os alicerces da estrutura dos léxicos, das morfologias e das sintaxes, porém esta jamais estará ausente, para ele, da lingüística e deverá por ela ser estudada e, por assim dizer, regida. É como se bastasse ao tradutor, a partir desta teoria, conhecer satisfatoriamente a língua de partida e a de chegada, possuir bons dicionários, ter regras de como se traduzir para “traspassar” moralmente um texto de uma língua para outra sem provocar nenhuma alteração ou modificação.

Francis Henrik Aubert (1994), em seu livro *As (In)Fidelidades da Tradução: servidões e autonomia do tradutor*, expõe que:

A fidelidade na tradução caracteriza-se, pois, pela conjunção de um certo grau de diversidade com um certo grau de identidade; ela será, não por deficiência intrínseca ou fortuita, mas por definição, por essencialidade, um compromisso (instável) entre essas duas tendências aparentemente antagônicas, atingindo a sua plenitude nesse compromisso e nessa instabilidade (p.77).

Ao relatar que a fidelidade na tradução “caracteriza-se pela conjunção de um certo grau de diversidade com um certo grau de identidade, e que ela será, não por deficiência intrínseca ou fortuita, mas por definição, por essencialidade, um compromisso (instável)”, Aubert nos revela uma ética, tenta ensinar ao tradutor que este necessariamente deve estar consciente de seu compromisso instável de fidelidade. O autor atém-se à questão do original como medidor de interpretação, como fonte única do que deva ser interpretado. É como se fosse possível, na visão de Aubert, que o tradutor fosse fiel e infiel ao mesmo tempo, como se fosse possível ora atingirmos a fidelidade ora não. Uma pergunta permanece a partir de tal visão: como identificamos quando somos fiéis, quando não, quando devemos ter compromisso perante o texto a ser traduzido, quando não?

A idéia que se faz do tradutor, como simples profissional que irá transportar significados de uma língua para outra sem desfigurá-lo ou alterá-lo, parece ser relato explícito de uma ética, onde o tradutor, para ser ético, deve ser encarado como o agente que extrai palavras de um texto a outro, como se os significados estivessem congelados neste. O tradutor lê, e leitura não é pura e simplesmente extração. O que se tenta impor ao tradutor é a fidelidade cega ao original, a obediência absoluta aos dizeres do autor desse original o qual é visto como objeto soberano, intocável e acabado. Por sua vez, o tradutor é visto como uma máquina de produzir equivalentes em outra língua, um ser inferior ao original e que jamais deverá atingi-lo, modificá-lo. A imposição de que o tradutor não deve utilizar seus conhecimentos para desfigurar ou alterar o original parece estar simplistamente fundamentada na ingenuidade, na inocência de que é possível haver tradução sem interpretação, sem uma leitura, sem interferência, sem alteração. Tais teóricos de tradução, fundamentados em suas éticas, em suas “leis”, querem impor ao tradutor a repetição do original em outra língua, tentam impor processamento e reprodução perfeitos e estáveis de significados que se acredita serem e estarem isentos de quaisquer interferências.

Entendemos, porém, que o que há é a interpretação, é a alteração, é a recriação por parte de quem traduz, de quem lê, considerando-se o espaço, o tempo, as circunstâncias sócio-culturais em que o tradutor encontra-se envolvido. O que há é o inevitável da modificação, da interferência, onde o ser ético pode estar relacionado à recriação de significados, de texto, de cultura, onde a ética do tradutor está ligada à sua interpretação, ao seu conhecimento de vida, às circunstâncias sócio-culturais a que pertence. Não nos parece ser possível ao tradutor dever absoluto respeito ao original, e sim a interpretação que dele obterá. Entendemos que o original somente existe porque alguém o lê-traduz, porque alguém faz uso dele. Entendemos que o autor vem nos falar sobre o texto, vem declará-lo. Neste sentido, relata Barthes (1979):

ESQUEDA,
Marileide D. Teorias
de tradução e a
questão da ética.
Mimesis, Bauru,
v. 20, n.1, p. 49-55,
1999.

ESQUEDA,
Marileide D. Teorias
de tradução e a
questão da ética.
Mimesis, Bauru,
v. 20, n.1, p. 49-55,
1999.

[...] nenhum respeito “vital” é devido ao texto: pode ser quebrado (isto é exatamente o que a Idade Média fez com dois textos autorizados, as Escrituras e Aristóteles). O texto pode ser lido sem o garantia de seu pai: a restituição do intertexto, abole o conceito de filiação. Não que o autor não possa “voltar” ao texto, em seu texto; ele poderá fazê-lo, porém, somente como um “convidado”, somente para falar (minha tradução, p.78).

Desde que determinado texto implique uma tradução, o desencontro com sua origem, tempo, espaço, circunstâncias sócio-culturais é inevitável, fazendo com que a tentativa de repetição do mesmo não se concretize e tampouco se torne um dever ético. Por mais simples que seja, qualquer texto a ser traduzido pressupõe interpretação, alteração, interferência. Por assim dizer, o respeito ao original e ao seu autor parece ser inatingível. O autor, neste caso, é como um agravante do *status* do texto. O autor define a aceitabilidade do original perante os leitores. Sugere Foucault que (1979):

O nome do autor serve para caracterizar um certo modo de ser do discurso: o fato de que o discurso tem o nome de um autor, que “isto foi escrito por fulano” ou “fulano é autor disso”, mostra que este discurso não é cotidiano e comum, que meramente vem e vai. Não algo que seja imediatamente consumível. Pelo contrário, é um discurso que deve ser recebido de um certo modo e que, numa determinada cultura, deve receber um certo *status* (minha tradução, p. 147).

O tradutor é, como qualquer outro profissional, sujeito ativo e atuante em uma determinada sociedade. Não somente o ato de traduzir pressupõe interpretação, e sim qualquer ato de linguagem.

As teorias de tradução aqui mencionadas, embasadas em moldes tradicionais em relação à linguagem e ao significado, querem que o tradutor esteja consciente de que seu papel é respeitar o texto que traduz, é ser fiel. Não negamos o fato de que o tradutor deva estar atento e consciente de sua atividade, porém esta consciência advém do respeito à interpretação do original ligada a seu tempo, lugar e circunstâncias sócio-culturais. Não negamos, outrossim, que tal consciência seja simples de se adquirir, afinal a tradição logocêntrica perdura por mais de dois mil anos. Sobre este prisma, nos mostra Rosemary Arrojo (1992):

O que posso dizer é que essa tarefa de conscientização se torna ainda mais difícil porque esbarra, a todo momento, em séculos de tradição logocêntrica que, além de não ter produzido sequer uma solução plausível para as questões teóricas da tradução, tem imposto ao tradutor a impossível tarefa de ignorar-se, de não “aparecer” e de não revelar suas circunstâncias no trabalho que realiza (p. 105).

O tradutor necessita estar consciente da sua interferência nos textos os quais traduz/produz. Necessita estar consciente da leitura que obterá

dos textos de quaisquer gêneros. As línguas são semântica, ideológica, sociologicamente diferentes. A ética a ser seguida pelo tradutor talvez seja aquela que valorize sua experiência enquanto profissional habilitado, instrumentado, ativo e atuante em uma determinada sociedade. Assim, estando eticamente conscientes de seu trabalho é que os tradutores podem obter respeito, não em relação ao original, mas em relação ao ato de traduzir, de interpretar, de recriar, garantindo a si próprio exercer sua atividade com consciência e dignidade. Garantindo, outrossim, sua visibilidade e, porventura, reconhecimento.

Entendemos, como já mencionamos anteriormente, que o processo de interpretação não parece estar atrelado ao texto original, e sim ao leitor-tradutor ao considerarmos as circunstâncias históricas e sócio-culturais que o envolvem. A função repressora do autor e do seu texto proposta por tais teorias parece ser passível de questionamentos, pois um só texto pode possibilitar diferentes interpretações por parte de quem lê, de quem traduz. Como membro pertencente a uma determinada sociedade, o tradutor fará interpretações do que lê e, por conseqüência, traduzirá discursos e não significados estáveis de uma língua para outra. Stanley Fish (1980), neste sentido, aponta que todos os objetos são criados e não encontrados, e que eles são criados por estratégias interpretativas que colocamos em ação. Entendemos, com base na afirmação de Fish, que os tradutores não encontram significados guardados na letra, eles os criam-traduzem através de suas estratégias interpretativas:

Assim, a conclusão é que todos os objetos são criados e não encontrados, e que eles são criados pelas estratégias interpretativas que colocamos em ação (minha tradução, p. 331).

O tradutor é, como já mencionamos anteriormente, recriador e não um transportador de significados. Ele é o sujeito interpretante que, pertencendo a uma determinada comunidade, será o criador de uma novo texto, de uma nova e possível leitura.

Portanto, voltando ao nosso propósito inicial de discutir a pretendida ética proposta pelas teorias de tradução aqui mencionadas, parece-nos que estas, abolindo o humano, a história, o lugar, o contexto a que pertence um tradutor, tentam assegurar interesses próprios, seja os da literatura, seja os da lingüística. Acreditamos que a ética a ser seguida pelos tradutores poderá ser aquela criada por eles próprios, assegurando-lhes visibilidade e reconhecimento enquanto profissionais.

ESQUEDA,
Marileide D. Teorias
de tradução e a
questão da ética.
Mimesis, Bauru,
v. 20, n.1, p. 49-55,
1999.

ESQUEDA, Marileide D. Teorias de tradução e a questão da ética. *Mimesis*, Bauru, v. 20, n.1, p. 49-55, 1999.

ESQUEDA, Marileide D. Translation theories and the question of ethics. *Mimesis*, Bauru, v. 20, n. 1, p. 49-55, 1999.

ABSTRACT

This work discusses the ethics proposed by some translation theories which, based on a structuralist language view, try to abolish the history, the place and the context to which the translator belongs seeing him rather as a transporter of meanings from one language to another.

Key Words: translation; translator; ethics

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARROJO, R. (org.) *O signo desconstruído: implicações para a tradução, a leitura e o ensino*. Campinas: Pontes, 1992.

AUBERT, F. H. *As (In)fideliades da tradução*. Campinas: Editora da Unicamp, 1994.

BARTHES, R. "From work to text". In: HARARI. *Textual strategies- perspectives in post-structuralist criticism*. Ithaca: Cornell University Press, 1979. p. 73-81.

FISH, S. *Is there a text in this class?: the authority of interpretive communities*. Cambridge: Harvard University Press, 1980.

FOUCAULT, M. "What is an author?" In: HARARI. *Textual strategies- perspectives in post-structuralist criticism*. Ithaca: Cornell University Press, 1979. p. 141-159.

MOUNIN, G. *Os problemas teóricos da tradução*. São Paulo: Cultrix, 1975.

NOVO DICIONÁRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA. 2.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986. p.733.

STEINER, G. *After Babel - aspects of language and translation*. Londres: Oxford University Press, 1975.

VASQUEZ, Adolfo Sánchez. *Ética*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.